

O OUTRO 25 DE ABRIL E AS DIRETAS JÁ¹***THE OTHER 25 APRIL AND THE DIRETAS JÁ******EL OTRO 25 DE ABRIL Y LAS DIRECTAS YA***

VALERIO ARCARY

Doutor em História - USP

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de

São Paulo, SP, Brasil

arcary@uol.com.br

Resumo: Partindo do pressuposto que os movimentos 25 de Abril em Portugal e as Diretas Já no Brasil foram os mais destacados expoentes da mobilização popular nos dois países, esse artigo propõe-se a investigar os (des)caminhos dos processos de transição dos regimes ditatoriais rumo à democracia no Brasil e em Portugal. Apresenta como fundamento a ideia de que nos dois países, seus planos de transição controlada “pelo alto” foram subvertidos pela mobilização “por baixo”. Assim sendo, os regimes ditatoriais, em que pesem as negociações desenvolvidas ao longo do processo, foram derrotados pelas forças sociais que entraram em cena e deslocaram as relações de forças vigentes até então.

Palavras-chave: 25 de Abril. Diretas Já. Transição.

Abstract: On the assumption that the movements of 25 April in Portugal and the Diretas Já in Brazil were the most prominent exponents of the mobilise popular in both countries, this article proposes to investigate the (des) paths of the transition processes of the dictatorial regimes towards democracy in Brazil and in Portugal. Features in support the idea that in both countries, their transition plans controlled "by the high" were subverted by mobilizing "underneath". Therefore, dictatorial regimes, despite the negotiations developed throughout the process, were defeated by social forces that stepped in and moved the existing forces relationships until then.

Keywords: 25 April. Diretas Já. Transition.

Resumen: A partir de la idea que los movimientos 25 de abril en Portugal y las Directas Ya en Brasil, fueron los más destacados exponentes de la movilización popular en los dos países, ese artículo propone investigar los (des)caminos de los procesos de transición de los regímenes dictatoriales en dirección a la democracia en Brasil y en Portugal. Presenta como fundamento la idea de que en los dos países, sus planes de transición controlada superficialmente fueron desorganizados por la movilización menos superficial. Así, los regímenes dictatoriales que examinan las negociaciones desarrolladas a lo largo del proceso, fueron derrotados por las fuerzas sociales que surgieron y cambiaron las relaciones de fuerzas vigentes.

Palabras clave: 25 de abril. Directas ya. Transición.

Introdução

Existem acontecimentos que despertam o assombro generalizado porque a sua força de impacto é imediata. O 25 de abril em Portugal e as Diretas no Brasil estiveram, apesar da diferença de proporções, entre processos desta dimensão. O espanto pode ter sido

¹ Artigo submetido à avaliação em 15/04/2014 e aprovado para publicação em 21/05/2014.

motivado tanto pela surpresa, quanto pela irrupção de milhões de pessoas em luta para derrubar governos e regimes que estiveram no poder por décadas. As lutas sociais depois da queda de Marcelo Caetano em 1974, e a campanha de ruas contra o último governo da ditadura no Brasil em 1984, foram os momentos mais dramáticos da mobilização popular nos dois países durante o século XX.

Este artigo desenvolve um argumento teórico e duas hipóteses de interpretação históricas. O argumento teórico é que na época histórica contemporânea as passagens de regimes ditatoriais para regimes democráticos podem assumir, essencialmente, duas formas ou padrões típicos: transições concertadas ou revoluções políticas. Não se encontrarão na história, contudo, processos revolucionários que excluam, em alguma medida, negociações, nem acordos que dispensem pressões. O processo das Diretas foi grande o bastante para consolidar nas ruas a conquista das liberdades democráticas, e derrotar o regime. Foi uma mobilização que derrotou a ditadura, porém, paradoxalmente, não culminou com a queda do governo Figueiredo. A pactuação de um consenso entre a direção do PMDB e as forças políticas que sustentavam a ditadura – PDS e, sobretudo, Forças Armadas – resultou em um compromisso político com uma solução institucional de conciliação. Mas este entendimento não teria sido possível sem a mobilização de massas que subverteu o país e impôs uma nova relação de forças. Foi uma revolução política, portanto, uma revolução democrática, ainda que parcialmente derrotada.

A primeira hipótese é que o plano de uma abertura lenta e gradual de Geisel/Golbery/Figueiredo foi implodido, ainda que de maneira menos espetacular que em Portugal. Ambos os regimes tinham projetos para uma transição política controlada. Os governos Marcello Caetano e João Figueiredo não alcançaram o objetivo que todas as ditaduras em crise desejam: a perpetuação da ordem político-social em uma passagem segura que garantisse a inviolabilidade de interesses e posições que defendiam. Nem a ditadura portuguesa, nem a brasileira tinham uma estratégia de transição para um regime democrático. Como assinalou Elio Gaspari: “Geisel carregava inteiro o saco de maldades da ditadura. O que o distanciava de Carter, aproximando-o dos generais Videla e Pinochet não era apenas uma visão diversa da questão dos direitos humanos, mas uma compreensão antagônica da democracia”².

Não obstante, esses programas abortaram, em ambos os países, ainda que de forma muito diferente. Portugal e Brasil não viveram, nos setenta e oitenta, a passagem que

² GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004. p.388.

Pinochet logrou fazer no Chile nos anos noventa. É importante ressaltar que o fim do regime no Brasil não foi espetacular como em Portugal. A queda do regime foi amortizada por uma negociação, mas o projeto de transição foi deslocado. Não conseguiram deixar no poder os sucessores que permitiriam uma aterrissagem suave para regimes social e politicamente mais estáveis e, internacionalmente, menos isolados. Como destacou Adriano Nervo Codato: “A (defesa) da segurança do regime equivalia a (...) institucionalizar um modelo político mais liberal, através da restauração progressiva de algumas liberdades civis mínimas”³.

Em Portugal, o fator decisivo para o fracasso de uma transição negociada foi a guerra, e a dificuldade da maioria da classe dominante – embora dividida - em admitir a necessidade do reconhecimento da independência das colônias. O regime ditatorial português foi removido por uma sublevação de militares oriundos das classes médias, provocada por uma guerra sem solução militar nas colônias africanas. Essa insurreição vitoriosa foi o gatilho de uma acelerada mudança na relação de forças sociais e políticas entre as classes que culminou com a precipitação de uma situação revolucionária.

No Brasil, o fator detonador foi o impacto da crise econômica detonada pela crise da dívida externa. Em dois anos, entre 1982/84, o crescimento da inflação e do desemprego abriram uma crise social que incendiou o mal-estar no proletariado e provocou uma séria, ainda que minoritária, divisão burguesa, arrastando a classe média para o campo da oposição à ditadura. Esta nova relação de forças se traduziu em um isolamento político do governo que inviabilizou o projeto da transição. O governo Figueiredo terminou em 1984, mas antes de completar o seu mandato. Como observou Brasília Sallum Junior:

Em suma, já antes das eleições de 1982, o projeto de liberalização controlada manifestava sinais claros de esgotamento [...] Haviám liberado forças políticas que impulsionadas pela mudança na sociedade e a deterioração do Estado iam tornando anacrônico o regime militar autoritário e o projeto de auto-reformá-lo.⁴

O governo brasileiro foi surpreendido pela decisão de uma parcela da direção do principal partido de oposição, o PMDB, um partido socialmente burguês e politicamente liberal, de tentar impulsionar uma mobilização de rua pelas Diretas, subvertendo o calendário da transição controlada pelo regime. O que foi impressionante é que vários milhões de pessoas, em todas as principais cidades do país, desceram às ruas. Essa luta democrática foi grande o bastante para dividir o partido político de sustentação do regime, desmoralizar

³ NERVO CODATO, Adriano. Uma história política da transição brasileira, da ditadura militar à democracia. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n. 25, p. 84, novembro 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31113.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

⁴ SALLUM, Brasília Jr. *Labirintos: Dos Gerais à Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 32

politicamente as Forças Armadas, e impedir que os candidatos do PDS, Andreazza e Maluf, pudessem manter o controle sobre o colégio eleitoral e chegar à presidência.

A segunda hipótese deste artigo é que a direção do PMDB estava dividida, seriamente, em relação à tática, portanto, em relação ao objetivo das Diretas desde o início da campanha. Ulysses Guimarães de um lado, e Tancredo Neves do outro, disputavam entre si a candidatura à presidência. Ulysses queria ser candidato em eleições diretas e Tancredo acreditava que só poderia vencer em eleições indiretas.

Por isso, Tancredo iniciou negociações com a direção do PDS desde antes do comício da Praça da Sé de 25 de janeiro de 1984⁵. Aliás, o que merece ser considerado excepcional no processo das Diretas não é que Tancredo tivesse conspirado com a ditadura, mas que Ulysses e Montoro tenham convocado à mobilização de massas contra Figueiredo. A desconfiança da participação popular foi o padrão da conduta política da burguesia brasileira. Só a obstinação da alta oficialidade das Forças Armadas na defesa obtusa do regime, quando uma nova relação de forças interna e internacional o deixaram obsoleto, pode explicar a decisão in extremis de Ulysses e Montoro de resolver conflito apelando à mobilização de massas.

As formas institucionais do processo de passagem da ditadura para a democracia pareceram as de uma transição negociada, mas elas ocultaram o conteúdo político-histórico do que tinha acontecido: o governo se manteve até a eleição de Tancredo e Sarney pelo Colégio Eleitoral, mas, paradoxalmente, junto com Figueiredo era a ditadura que tinha sido vencida.

Fevereiro incompleto e outubro interrompido

A análise histórica precisa reconstituir os contextos, descrever os acontecimentos, e explicar a grandeza e os limites destes combates democráticos. O que não deve fazer é diminuir a imponência das mobilizações políticas das massas populares que derrotaram ditaduras tão longevas. Porque elas não conseguiram conduzir as transições que tinham planejado. Nem caíram derrubadas pela classes dominante que as tinham apoiado. As duas ditaduras tinham mergulhado suas sociedades em uma dinâmica de decadência histórica. E a

⁵ As negociações que Tancredo realizava com os interlocutores do governo, desde antes do começo das mobilizações de rua em janeiro, não eram um segredo. Depois da derrota da emenda das Diretas passaram a ser públicas e envolveram o próprio Figueiredo. Na manchete da Folha de São Paulo do dia 27 de abril de 1984, ninguém menos que o ministro da justiça, o mineiro Abi Ackel, admitia que Tancredo poderia ser até o candidato do consenso do governo e oposição. CASOY, Boris. Planalto diz que não negocia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 abr. 1984. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1984/04/27/2.>>. Acesso: 15 nov. 2011.

decadência foi a parteira de crises nacionais gravíssimas que exigiram uma comoção social de tais proporções, que fez tremer tudo o que parecia inamovível.

Foi exuberante a entrada em cena de forças sociais e políticas até então contidas – um bloco social de aliança da classe trabalhadora com a maioria da classe média, e minoritárias frações burguesas - que deslocaram as relações de forças e puseram fim aos regimes ditatoriais.

Tanto a ditadura encabeçada por Marcelo Caetano em 1974, quanto a por Figueiredo em 1984, eram conscientes do perigo. Os dois regimes, com dez anos de diferença, estavam exaustos. Esgotados, politicamente, por um impasse insolúvel. Estavam isoladas, tanto nacional, quanto internacionalmente. Resguardados durante décadas, no contexto da guerra fria, a sua preservação era incômoda até para Washington, Londres e Paris. Enfrentavam deslocamentos para a oposição de forças sociais a cada dia mais amplas. É verdade que a brasileira foi menos surpreendida que a portuguesa. Vinha ensaiando de forma ziguezagueante uma abertura lenta e gradual desde meados dos anos setenta, quando o governo Geisel aceitou, durante a presidência Carter nos EUA, a necessidade de uma transição controlada para a democracia.

Não obstante, nos dois países, seus planos de transição controlada “pelo alto” foram subvertidos pela mobilização “por baixo”. Em Portugal, pela insurreição militar do MFA (Movimento das Forças Armadas) e, na sequência, pelo despertar da luta popular. No Brasil, pela entrada em cena, pela primeira vez na história política do país depois de completada a urbanização, de milhões de pessoas nas ruas, uma expressão da potência de um proletariado jovem e inexperiente, mas muito numeroso e concentrado, que foi capaz de atrair o apoio da maioria do povo e dividir a classe média. Não obstante esta gigantesca força social, não se viveu, no Brasil, o momento vitória da Praça Tahrir do Cairo (Midan al-Tahrir, ou Praça da Libertação) de fevereiro de 2010 no Egito, quando Mubarak renunciou.

Mobilizações populares de tal grandeza, como as que tomaram as ruas de Lisboa em 1974, e de São Paulo e do Rio de Janeiro em 1984 merecem ser qualificadas como revolucionárias. E revoluções são acontecimentos extraordinários. Há sempre algo de majestoso em processos revolucionários. Porque a legitimidade da luta de milhões de pessoas, o traço distintivo de uma revolução política se impõe de forma irrefutável.

Interpretações marxistas inspiraram-se na revolução russa para construir referências teóricas comparativas de análise de outras revoluções. A russificação do vocabulário é compreensível, porque a história não pode desprezar a busca de regularidades ou padrões. A fase democrática dos processos revolucionários contemporâneos remeteria à

revolução de fevereiro quando ocorreu a queda da monarquia, portanto, uma revolução política. E a fase anticapitalista à revolução de outubro, portanto, uma revolução social⁶.

Nesse marco teórico, a luta pelas Diretas no Brasil poderia ser caracterizada, por analogia, como um Fevereiro incompleto, e a revolução portuguesa como um Outubro abortado. No Brasil, uma revolução política inacabada, porque o fim da ditadura não significou uma ruptura democrática: não houve investigação dos crimes das Forças Armadas. Em Portugal, uma revolução social frustrada.

Em Portugal, em 1974, a queda da ditadura fascista abriu uma situação revolucionária clássica: confusão na classe dominante, giro das classes médias modernas à esquerda, levante proletário, divisão das Forças Armadas, radicalização à esquerda da juventude, ocupação de fábricas, de casas, de prédios públicos, auto-organização popular, e até embriões de duplo poder. No Brasil a queda da ditadura, dez anos depois, exigiu a maior mobilização política da história contemporânea, precipitando uma situação pré-revolucionária, ou uma situação revolucionária “prévia de fevereiro”.

Em Lisboa, no dia 25 de abril de 1974, uma insurreição militar cirúrgica derrotou, em menos de vinte e quatro horas, um regime ditatorial longo de quase cinco décadas, incapaz de oferecer resistência. Uma situação revolucionária precipitou-se quando milhares de pessoas saíram às ruas e, em poucas semanas, descobriram que eram milhões os que estavam, politicamente, em movimento: assembleias nos locais de trabalho legitimavam greves por aumentos de salários; casas vazias eram ocupadas por movimentos populares de bairro; passeatas contra a permanência das tropas portuguesas na África defendiam o direito à independência das colônias, etc.

Dez anos depois, em outro 25 de abril, culminando noventa dias de luta pelas Diretas Já, a ditadura militar estava esgotada, politicamente, mas ainda manteve o controle do Congresso para impedir a queda de Figueiredo e conseguir uma solução da crise política – expressão da crise econômica e social mais grave desde 1964 – por dentro das instituições do regime. Entre o 25 de janeiro e o 25 de abril, milhões de brasileiros foram às ruas em sucessivas manifestações que tomaram as principais cidades do país, e fizeram tremer o último governo da ditadura para exigir a convocação de eleições presidenciais diretas.

Esta mobilização política democrática teve desde o início a direção burguesa do PMDB, embora Lula fosse o orador mais entusiasticamente aplaudido em todos os atos, e a vanguarda mais mobilizada fosse petista. O surgimento do PT em 1980 era uma expressão da

⁶ TROTSKY, Leon. *História da revolução russa*. São Paulo, Sundermann, 2007.

reorganização da esquerda e dos movimentos operários, estudantil e popular. O impulso de uma onda de ascenso de luta que começou em 1978/79 foi poderoso o bastante para radicalizar uma parcela da burocracia sindical, atrair uma parcela dos líderes populares articulados pela Igreja Católica, e favorecer um reagrupamento de algumas organizações marxistas, todas com algo próximo a pelo menos mil ativistas, embora na maioria jovens, para um projeto político legal comum: CS (Convergência socialista), OSI (Organização Socialista Internacionalista), DS (Democracia Socialista), MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado), PRC (Partido Revolucionário comunista), entre outras menores. Estas forças criaram um partido de esquerda *sui generis* para os anos oitenta: um partido operário independente da burguesia, ainda que reformista.

O surgimento do PT e a formação do PDT dirigido por Leonel Brizola abriu uma etapa política de disputa com o PMDB da representação da oposição à ditadura. O diferencial do PT era a sua presença orgânica nos movimentos sociais, operários e populares, onde a rivalidade da luta política era conduzida, ferozmente, contra o PCB, o PCdB e o MR-8 que permaneceram no PMDB. Essa competição política era a expressão de diferenças programáticas: confiar ou não confiar na liderança burguesa do PMDB na luta contra a ditadura.

O refluxo conjuntural da onda de mobilizações populares, depois da derrota da greve do ABC de 1981, abriu o caminho para uma luta implacável pela direção do processo de reorganização do movimento sindical. Depois do fracasso do Conclat da Praia Grande, quando ficou claro a impossibilidade da construção de uma Central Sindical Nacional unificada, incluindo a burocracia sindical moderada, acelerou-se o processo que culminou com a fundação da CUT no Congresso de São Bernardo em 1983. A questão estratégica era a construção de uma ferramenta de luta que pudesse ser um ponto de apoio independente para a hora da luta decisiva contra a ditadura. Como observou Noronha:

Na terceira subfase (1983-1984) do momento de ascensão do ciclo, além da relativa retomada das greves do setor privado, houve a extensão clara desse tipo de conflito para o setor público (...) Entretanto, especialmente a partir do atentado do Riocentro, o movimento sindical voltou-se à sua organização interna, o que levou à intensificação das atividades, no sentido da criação das centrais dos trabalhadores⁷.

Figueiredo não caiu, mas a Ditadura foi derrotada

⁷ NORONHA, Eduardo G. O Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. *Lua Nova*, São Paulo, nº 76, p.131, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a05.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

As Diretas, como ficaram conhecidas as jornadas de luta democrática de 1984, foram a maior mobilização política de massas da história do Brasil nos últimos trinta anos.⁸ Não obstante, embora o governo Figueiredo tenha sido paralisado, não chegou a ser derrubado no dia 25 de abril de 1984. A crise do governo se transformou em crise do regime. A principal instituição do regime militar, as próprias Forças Armadas, descobriram-se desmoralizadas diante da vontade da nação expressa nas ruas. Figueiredo ficou suspenso no ar, ou seja, por um fio. Faltou o empurrão final. Até o fim do mandato, Figueiredo deixou de poder governar. Sua queda foi evitada por uma operação política complexa que envolveu governadores da oposição como Tancredo e Brizola, o alto comando das Forças Armadas e até a Igreja.

O governo não ruiu, mas a ditadura acabou. Figueiredo manteve seu mandato, mas, politicamente, o regime militar foi derrotado. As liberdades democráticas conquistadas nas ruas foram garantidas e, finalmente, o regime militar acabou. A força política das Diretas revelou-se insuficiente para alcançar, imediatamente, o direito de eleger pelo sufrágio universal o presidente da nação. A democracia liberal brasileira nasceu de uma luta política de massas, a ditadura foi deslocada, mas o governo Figueiredo não caiu. O fim da ditadura foi amortecido por um grande acordo que, finalmente, apesar de ter sido respeitado, nem sequer pôde ser cumprido. Quis o acaso que o resultado das Diretas terminasse sendo esdrúxulo: Tancredo Neves foi eleito presidente, tendo José Sarney como vice, mas não tomou posse, porque veio a falecer vítima de uma doença que, misteriosamente, ninguém suspeitava existir.

Ao contrário da experiência portuguesa, as Forças Armadas não se dividiram na hora da crise final da ditadura. A emenda constitucional que previa a realização de eleições diretas, emenda Dante de Oliveira, pelo nome do deputado de Mato Grosso que a apresentou, foi derrotada em votação no Congresso Nacional, embora as forças sociais que sustentavam a ditadura já fossem muito minoritárias desde o final dos anos setenta. A hora da crise final da ditadura soou com a derrota do PDS nas eleições de 1982 para governadores. Foi devastadora. Na seqüência, Figueiredo não conseguiu sequer a indicação do seu candidato, Andreazza, no partido que defendia o regime que agonizava. Eleições diretas, contudo, só vieram acontecer cinco anos depois, em 1989. Se a democracia-liberal nasceu em Lisboa com as

⁸ Foi na campanha pelas Diretas que o Datafolha, criado em 1983, iniciou o cálculo de pessoas presentes nas manifestações usando a medição do número de metros quadrados ocupados pelos presentes. Este método é um critério pouco polêmico. O Datafolha estimou que 300.000 pessoas estiveram na Praça da Sé em São Paulo no dia 25 de Janeiro de 1984. Durante os noventa dias de mobilizações estima-se que saíram às ruas em todo o país mais de 5 milhões de pessoas. Em 1984, a PEA (População Economicamente Ativa) era estimada em 40 milhões. BRICKMAN, Carlos. 300 mil nas ruas pelas Diretas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 jan. 1984. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1984/01/26/2>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

marcas de uma revolução vitoriosa, nasceu em Brasília com as marcas de uma concertação que frustrava a maior mobilização política de massas da história do país.

O partido que defendia o governo, a ARENA, dividiu-se em duas frações. A maior delas criou o Partido da Frente Liberal e indicou José Sarney como vice-presidente na candidatura encabeçada por Tancredo Neves. A menor, transformada em PDS (Partido Democrático Social), se dividiu em três alas, uma liderada por Andreazza, com o apoio de Figueiredo, outra pelo ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, e uma menor em torno do vice de Figueiredo, Aureliano Chaves.

O fim da ditadura foi atenuado por um pacto político, em que a oposição liberal se dobrava ao resultado da votação de 25 de abril no Congresso Nacional, em troca de um acordo com uma ala dissidente do partido da ditadura, para garantir maioria no Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves. Figueiredo governou, formalmente, até o último dia do seu mandato, embora fosse um governo impotente e abandonado pela maioria do seu partido, e resignado com a eleição da chapa Tancredo/Sarney.

Tancredo já se sentia derrotado antes da campanha ir para as ruas.

Renunciando à continuidade da campanha para conquistar eleições diretas imediatas, uma campanha que exigia a radicalização das formas de luta para desafiar tanto Figueiredo, como o Congresso controlado pela ditadura, a oposição liberal liderada pelo PMDB fez o cálculo que seria demasiado perigoso continuar mobilizando milhões de pessoas nas ruas. A oposição liberal encarou desde o início, ou seja, logo depois da posse dos governadores em 15 março de 1983, a articulação da campanha pelas Diretas como uma campanha de pressão para negociações com Figueiredo. Os limites burgueses da direção do PMDB condicionavam a sua participação em uma luta através da mobilização popular. Desde antes do comício na Praça da Sé, Tancredo já estava decidido a ser candidato na eleição indireta pelo colégio eleitoral⁹. A própria direção do PMDB já se sentia derrotada antes de começar a luta nas ruas.

Quase não houve presença de empresários na campanha pelas Diretas. Os que subiram nos palanques foram uma exceção. Da grande imprensa, somente um jornal apoiou a campanha, a Folha de São Paulo. Por que, depois de vinte anos, tanta hesitação burguesa? Pelo temor da dinâmica da mobilização dos trabalhadores e da juventude. Porque não podiam

⁹ LEONELLI, Domingos, e OLIVEIRA, Dante. *Diretas Já, 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro, Record, 2004.

saber, por antecipação, quais seriam os custos de uma desestabilização de Figueiredo. No dia seguinte ao comício da Praça da Sé de 25 de janeiro de 1984, em editorial, a Folha de São Paulo comemorava a grandiosidade da manifestação, mas destacava que foi uma concentração ordeira, pacífica, civilizada. Ou seja, suspirava de alívio, porque foi controlada¹⁰.

O PMDB abandonou, na verdade, a luta pelas Diretas antes da derrota do 25 de abril, quando ficou claro que não seria possível derrotar Figueiredo no Congresso. Tancredo estava em negociações discretas, porém, não secretas, com os líderes do Estado-Maior das Forças Armadas, entre eles o general ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, com a Igreja Católica, e ninguém menos do que a Rede Globo (que silenciou, escandalosamente, sobre o primeiro comício de massas na Praça da Sé). A Folha de São Paulo noticiou: “*O porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila comentou: o governo só pode ver com bons olhos a atitude do governador Tancredo, o presidente Figueiredo tem reafirmado seu desejo de negociar*”¹¹. A participação de Tancredo em negociações com a ditadura aceitando o seu nome como candidato, antes da votação da emenda Dante no dia 25 de abril era pública: “*Tancredo jogou a pá de cal na Emenda (..) ao se oferecer como mediador entre as oposições e o governo Federal tendo já um plano mais de governo do que de mediador*”¹².

Os estudos históricos deste processo nos remetem à investigação da dinâmica social e política do Brasil desde o final dos anos setenta, quando novos sujeitos sociais – a classe operária industrial, as novas classes médias assalariadas, os movimentos estudantis, os movimentos populares urbanos e rurais - demonstraram capacidade de luta e organização única na história recente¹³. Foi no calor dos noventa dias de luta que o PT (Partido dos Trabalhadores) e a CUT, (Central Única dos Trabalhadores) e Lula conseguiram aumentar sua audiência e credibilidade política. E foi porque o PT decidiu não esperar mais, e tomou a iniciativa de ir para as ruas, em 27 novembro de 1983 no Pacaembu em São Paulo (reunindo uns 25.000 militantes), que o governador Montoro, finalmente, tomou a iniciativa de chamar

¹⁰ TAMBÉM ATORES POLÍTICOS. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 6 fev. 1984.. Caderno 2. Disponível em: <[¹¹ Folha de São Paulo, 25/04/1984, p.4. Idem.](http://acervo.folha.com.br/resultados/buscade_talhada?all_words=Tancredo+Diretas&commit.x=33&commit.y=14&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=25%2F04%2F1984&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F1984&page=8&phrase=&theme_id=2&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words>.” Acesso em: 28 abr. 2010.</p>
</div>
<div data-bbox=)

¹² Folha de São Paulo, 25/04/1984, p.4. Idem.

¹³ ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues. *De JK a FHC: apontamentos para a análise das lutas sociais no Brasil contemporâneo*. In RAMPINELLI, W. J. *No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1998, p. 39-63.

ao primeiro comício para o dia 25 de janeiro de 1984, temendo ser ultrapassado pela esquerda. (LEONELLI e OLIVEIRA, 2004, p.307)¹⁴.

Desemprego e inflação incendeiam ódio contra a ditadura a partir de 1982

A discussão historiográfica das Diretas remete à pesquisa das causas que potencializaram a mobilização de massas, na dimensão de milhões, em 1984 e não antes. Ela está condicionada a uma apreciação do impacto econômico-social do ajuste de 1983 que a economia brasileira sofreu depois da moratória mexicana de 1982. Dirigido por Delfim Neto, o ministro da Fazenda de Figueiredo, a mega desvalorização de 100% da moeda nacional tinha como objetivo garantir as divisas que pudessem manter pelo menos a rolagem dos juros da dívida externa, recuperando taxas de crescimento de 5% ao ano pelo aquecimento da demanda do setor exportador.

O plano fracassou. O desemprego não diminuiu, e a inflação disparou para além de 100% ao ano sem mecanismos de reajuste salarial anteriores à negociação dos convênios anuais. A inflação incendiou o mal estar social entre os trabalhadores, e aproximou a classe média urbana das massas populares. A essa dinâmica objetiva uniu-se uma situação imprevista: estava se organizando no Brasil, desde 1980, o Partido dos Trabalhadores, tendo à sua frente líderes sindicais, entre eles, Lula, que se apoiava no novo proletariado que tinha surgido da industrialização, e que já não tinha referência no antigo PCB.

Nunca existiu na história, porém, uma correspondência direta entre os ritmos de agravamento da crise econômico-social e os ritmos de amadurecimento da consciência de classe dos trabalhadores e do povo. As sociedades reagem, invariavelmente, com atraso à maturação da crise. As crises se precipitam, justamente, porque transformações necessárias foram por muito tempo adiadas, e o conflito entre mudança e reação se apresenta impreterível. Há um tempo necessário para que a dramática percepção de que a vida não vai mudar por inércia seja assimilada por milhões. A consciência de classe evolui mais lentamente que o apodrecimento da realidade social. Um intervalo de atraso, maior ou menor, em relação à situação objetiva é inevitável. No Brasil, entre as décadas de cinquenta e setenta, apesar de sacrifícios inenarráveis, o passado de muitas famílias de extração operária e popular, senão camponesa, tinha sido uma história de árdua melhoria. Mas, sob o impacto da crise a partir de

¹⁴ LEONELLI, Domingos, e OLIVEIRA, Dante. *Diretas Já, 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro, Record, 2004.

1982, dois anos depois da queda da ditadura argentina após a derrota na guerra das Malvinas, tudo mudou, a ditadura agonizava.

O direito de eleger governadores de oposição, ou seja, o direito à alternância tinha sido cedido pela ditadura na expectativa de que a oposição liberal, liderada pelos moderados do MDB, aceitaria uma última eleição indireta da presidência na sucessão de Figueiredo. Sob o impacto da crise econômico-social, o MDB – em especial o núcleo paulista do MDB liderado por Franco Montoro e Ulysses Guimarães - pressionado pelo PT e pela CUT recém fundada, surpreendeu o governo e os meios empresariais e decidiu convocar o povo às ruas, pela primeira vez, em vinte anos. A surpresa histórica foi o volume da resposta popular: centenas de milhares encheram as praças das principais capitais, culminando em comícios em São Paulo e Rio de Janeiro na escala de milhões.

A oposição dividida em três campos

A discussão do significado das diferenças políticas que surgiram entre os partidos e movimentos sociais que estavam à frente da campanha no CNPD (Comitê Nacional Pelas Diretas), ou seja, PT, MDB (dentro do qual atuavam os ainda semi-legais PCB, PCdoB e MR-8) e PDT foi uma das questões centrais em 1984. Surgiram três campos: a proposta de greve geral levantada pela CUT, a proposta de extensão de dois anos do mandato de Figueiredo apresentada por Brizola com eleições presidenciais em 1986, e a proposta de participação no Colégio Eleitoral defendida, finalmente, por Ulisses Guimarães, Franco Montoro e Tancredo Neves.

As diferenças políticas na condução do movimento que surgiram dentro do bloco de oposição à ditadura expressava as pressões sociais a que cada partido estava submetido. Eram variadas, mas estavam concentradas em torno de um dilema: conduzir as mobilizações até o limite para impor a queda do regime pela radicalização das ações de rua, ou abrir negociações com o regime para uma solução institucional que preservasse as Forças Armadas de um processo político-judicial que poderia levar uma parcela da oficialidade aos tribunais.

A proposta da CUT de um dia de greve geral no 25 de Abril, avançada por Jair Meneguelli, seu primeiro presidente, e referendada, mas sem entusiasmo, pela direção do PT, foi recusada por Tancredo Neves. Essa proposta era a maior ameaça ao regime. O Brasil era um dos poucos países urbanizados do mundo onde nunca tinha antes acontecido uma greve geral. Ser derrotado por uma greve geral era o maior pesadelo de Figueiredo. Muito importante seria tentar compreender porque as direções da CUT e do PT aceitaram os limites

impostos pelo PMDB dentro do CNPD (Conselho Nacional Pelas Diretas). O PT tinha aceitado o papel do PMDB à frente da campanha das Diretas, um lugar que correspondia à expressão eleitoral nas eleições estaduais de 1982. Mas a liderança de Lula crescia, visivelmente, com os comícios de rua. A direção do PMDB temia o conteúdo de classe dos discursos de Lula que unia a denúncia da ditadura à denúncia do desemprego e da superexploração. Quando as negociações de Tancredo se tornaram públicas, Lula declarou: “*o que se procura com estas negociações é apenas uma saída política para o governo que embora mudando os homens não muda o regime*”¹⁵. Entretanto, depois da derrota do 25 de abril, quando a direção do PMDB girou para uma concertação com a ala dissidente do partido da ditadura, a direção do PT denunciou o Colégio Eleitoral e se recusou a participar da eleição de Tancredo Neves e Sarney. Mas, recuaram, e desistiram de tentar manter a luta nas ruas. O PT teve a primeira ruptura pela direita, mas foi indolor, tanto na vanguarda mais orgânica quanto na área de influência eleitoral¹⁶.

Tancredo Neves conquista a direção do PMDB contra Ulysses

O temor a uma mobilização política que poderia adquirir contornos classistas radicalizados em um cenário de crise econômica e social aguda explica o veto. O governador de Minas Gerais vinha se consolidando como o candidato do MDB à presidência porque sua trajetória conciliadora, desde antes de 1964, encontrava menos resistência nos meios burgueses, inclusive no ambiente militar. Não foi o PMDB quem escolheu Tancredo. Finalmente, a ironia da história, é que foram os homens que serviram uma vida inteira à ditadura que escolheram o candidato da oposição, que poderia ser eleito no Colégio eleitoral. Ulysses Guimarães, presidente do MDB que disputava, também, a indicação à presidência pelo partido, foi o grande derrotado. Ele chegou a levantar a proposta de uma paralisação cívica nacional, uma greve convocada por patrões e por trabalhadores, com apoio dos governadores, que foi rechaçada, igualmente, por Tancredo.

Ulysses mudou duas vezes de posição sobre a condução da luta para pressionar o Congresso Nacional. Primeiro, apoiou o chamado à greve geral, depois apoiou a convocação

¹⁵ Folha de São Paulo, 19/04/1984, p.4. Acesso em: 28 abr. 2010.

¹⁶ Três deputados federais, Bete Mendes e José Eudes, liderados por Aírton Soares, romperam com o partido em 1985, porque o PT não apoiou a Aliança Democrática que elegeu, indiretamente, a chapa Tancredo/Sarney no Colégio da ditadura, na seqüência da campanha das Diretas em 1984. Saíram sozinhos, sem deslocamentos militantes, e sem maiores seqüelas na influência eleitoral que permaneceu ascendente. A trajetória de Soares foi errática: uniu-se ao PDT (esteve nos bastidores da campanha para a presidência de Brizola em 1989), PSDB, PPS (esteve com Ciro Gomes em 1998) e, finalmente, filiou-se ao PV no apoio de Marina Silva em 2010.

da paralização cívica e, finalmente, aceitou o recuo completo: nem mobilizações de rua no dia 25 de abril. Por quê? A decisão do Planalto de declarar o Estado de Emergência em Brasília no 25 de abril, proibindo até a transmissão da sessão do Congresso pelas rádios e TV's, era o tipo de medida que aterrorizava a oposição liberal. Uma possível resposta à capitulação de Ulysses a Tancredo nos remete à sobrevalorização do perigo de um autogolpe de Figueiredo¹⁷.

Brizola ensaia uma terceira alternativa

A proposta de Brizola foi anunciada, também, publicamente, em sessão na Câmara de Deputados, e consistia em aceitar uma reeleição indireta de Figueiredo para um mandato de dois anos, em troca de eleições diretas para 1986, que coincidiriam com as eleições para governadores e para o Congresso, ou seja, eleições gerais. Brizola pretendia com esta proposta abrir uma negociação e ganhar tempo. As margens de manobra de Brizola para conseguir uma negociação com os militares e a grande burguesia paulista e carioca eram menores, incomparavelmente, do que as de Tancredo. Sendo um dos pré-candidatos presumidamente favoritos, se houvesse eleições, considerada a exuberante, porém, áspera vitória para governador do Rio de Janeiro em 1982, Brizola ainda despertava, naquelas circunstâncias, grandes resistências nos militares pela sua biografia antes de 1964. E Tancredo não era o primeiro da fila no MDB, se houvesse eleições diretas, o primeiro era Ulysses Guimarães¹⁸.

Uma vitória usurpada

A proposta que vingou foi uma solução de compromisso. Tancredo acabou sendo eleito, mas sem eleições diretas. Da “explosão” da luta democrática de massas resultou uma vitória usurpada, portanto, muito parcial: as massas mobilizadas – uma aliança da classe trabalhadora urbana com a juventude, setores médios plebeus, mas com liderança direta ou

¹⁷ FREITAS, Janio de. Figueiredo considera Tancredo um “nome confiável”. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 abr. 1984. Dispo nível em: <[http://acervo.folha.com.br/resultados/buscade_talhada?all_words=Tancredo+Diretas&commit.x=33&commit.y=14&date\[day\]=&date\[month\]=&date\[year\]=&final_date=25%2F04%2F1984&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F1984&page=1&phrase=&theme_id=2&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words](http://acervo.folha.com.br/resultados/buscade_talhada?all_words=Tancredo+Diretas&commit.x=33&commit.y=14&date[day]=&date[month]=&date[year]=&final_date=25%2F04%2F1984&fsp=on&group_id=0&initial_date=01%2F01%2F1984&page=1&phrase=&theme_id=2&utf8=%E2%9C%93&without_words=&words)>. Acesso em: 28 abr. 2010.

¹⁸ LEONELLI, Domingos, e OLIVEIRA, Dante. *Diretas Já, 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro, Record, 2004.

indireta de dissidências burguesas - derrubou o governo odiado, e com ele o regime que o sustentava, mas não conquistou eleições imediatas.

A concertação burguesa conseguiu fechar as crises, respeitou-se a ordem constitucional, assumiu um vice sem confiança popular. Na maior crise de dominação conhecida na história do país, quando as conseqüências da crise final da ditadura estavam em disputa, o MDB de Ulysses Guimarães foi o fiador da estabilização, garantindo a posse de José Sarney, do improvisado PFL, depois da morte inesperada de Tancredo Neves.

A peculiaridade brasileira é que o governo Figueiredo não foi derrubado pelas Diretas, mas foi derrotado. A ditadura ruiu. O fim da ditadura foi uma vitória da mobilização de massas. A eleição da chapa Tancredo/Sarney foi uma vitória do plano reacionário de manter intactas as Forças Armadas, a principal instituição do regime militar. Mas, entre os dois processos, o mais importante, aquele que definiu o signo da situação política nos anos entre 1985/1989, foi o primeiro, porque abriu o caminho para o mais importante ascenso operário e popular da história. Esse resultado dúbio ou ambíguo alimentou dois tipos de interpretações unilaterais. Para alguns, a eleição de Tancredo teria sido uma vitória democrática, garantindo uma transição indolor e sem rupturas, que era o limite das possibilidades no quadro da relação de forças que existia no Brasil em 1984. Para outros, o sucesso da negociação entre o PMDB e as dissidências do regime seria a demonstração da derrota da mobilização popular. Ambas estas conclusões são insatisfatórias.

A força política das manifestações foi suficiente para exercer tal pressão que as Forças Armadas – principal instituição do regime ditatorial – aceitaram, com tensões, uma solução negociada para um processo que foi em parte falência e, em parte, transição da ditadura para o regime democrático. Os resultados deste processo de luta foram paradoxais. José Sarney foi o último presidente da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), e o primeiro presidente do regime democrático. Quis a ironia da história que Sarney viesse a ser, duas décadas depois, o presidente do Senado por dois mandatos como o apoio do PT e de Lula na presidência (2003-2010), os mesmos que se recusaram a participar da votação no Colégio Eleitoral indireto da ditadura que o elegeu para a presidência em 1985.